

TOMBAMENTO: ELEIÇÃO DE UMA HISTÓRIA

Lúcio Costa, 1902-1998, arquiteto que se formou no Brasil nos tempos do movimento neocolonial, mas que, em 1930/31, dará a grande virada no ensino das artes e da arquitetura, quando assume a direção da Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro e se aproxima, definitivamente, do pensamento modernista europeu. Desta experiência, que durou poucos meses, surge uma geração de arquitetos: Reidy, Niemeyer, irmãos Roberto, Ernani Vasconcelos, Luiz Nunes, Alcides da Rocha Miranda, Carlos Leão, Jorge Moreira, entre outros, a chamada "Escola Carioca". Ao seu nome estarão sempre ligados os projetos para o Ministério da Educação – RJ, para o Pavilhão do Brasil em Nova York, os edifícios do Parque Guinle e o primoroso Park Hotel de Nova Friburgo – RJ. Fundamental também será o seu trabalho junto ao IPHAN, com seus memoráveis pareceres de tombamento e seu papel-chave na implantação de uma política de preservação no Brasil. Por fim, seu nome sempre estará ligado a Brasília, território do qual, definitivamente, tomou e deu posse.

As fotos que acompanham a entrevista são retiradas do livro *Lúcio Costa. Registro de Uma Vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995

(Entrevista realizada por Márcia Sant'Anna em 15 de dezembro de 1994)



MARCIA SANT'ANNA. *Qual foi a participação do senhor na organização do SPHAN?*

LÚCIO COSTA. Para mim, tudo começou em 37. Quando a coisa estava ainda em elaboração com aquela proposta do Mário de Andrade e quando Rodrigo foi escolhido diretor, eu fui mandado ao Rio Grande, na região das Missões, para ver o que fazer com aquelas ruínas missioneiras que tinham ficado do lado do Brasil e que eram, antes, da província espanhola. Antes de fazer qualquer coisa regular para o Patrimônio, esta foi a minha primeira tarefa. Augusto Maia, o poeta, era o representante do Patrimônio no Rio Grande, e levei algum tempo lá, pois a torre estava tombando, de modo que foi um trabalho grande. Depois que voltei do Rio Grande é que a coisa se organizou, mas eu não entrei logo. Eu trabalhava na construção do prédio do Ministério da Educação, e Rodrigo organizou um grupo com o Paulo Thedim Barreto e o Souza

Reis, pessoas muito simpáticas. Só mais tarde é que eu me incorporei, ficando como consultor dele, consultor avulso, em 38. Rodrigo estava com certas dúvidas porque não era propriamente do ofício, era advogado. Já tinha feito trabalhos para o governo e tinha sido diretor de um jornal. Ficamos amigos, e eu sempre como consultor, e querendo manter sempre este caráter. Ele me pagava um conto por mês ou uma coisa assim, e eu tinha essa tarefa. Quando o Serviço foi reorganizado em 46, Rodrigo disse que eu teria de ser integrado. Eu queria continuar como consultor, e então ele disse: “Claro. Você fica sendo Diretor do Departamento de Estudos e Tombamentos”. Mas ele era quem deliberava tudo, estudava tudo, e eu fiquei sempre, apesar dessa posição oficial, sendo o consultor dele. Sempre que ele tinha qualquer dúvida, me consultava e debatíamos as coisas.

MS. *O senhor conversava com ele sobre o tombamento das cidades de Minas? de Mariana, Ouro Preto?*

LC. Houve um caso em que Rodrigo tomou a iniciativa sem me consultar. Eu estava jantando na casa de um amigo quando tocou o telefone. Era ele querendo falar comigo para me avisar que tinha convidado o Oscar para fazer o Hotel de Ouro Preto. Eu achei uma medida um pouco perigosa porque o Oscar não tinha muito apego às coisas antigas. Fiquei preocupado, mas Rodrigo disse que íamos fazer tudo em colaboração com ele.

O Hotel de Ouro Preto foi o problema mais complicado que enfrentei no Patrimônio, pelas suas dimensões. Vocês conhecem Ouro Preto? O hotel fica encravado numa elevação e me lembro que, no começo, o projeto do Oscar era muito agressivo, sem tomar nenhum cuidado. Ele fez uma obra arquitetônica bem resolvida e bonita mas sem respeitar o fato de estar na vizinhança de um conjunto tombado, de ter de estar integrada no ambiente.

MS. *Essa não era uma característica do modernismo?*

LC. O modernismo, eu detesto. Acho que a própria palavra é um recuo. “Moderno”, está bem, mas “modernismo” já é uma apreciação, um ponto de partida equivocado, uma falta de respeito total. Mas, como ia dizendo, o projeto inicial do hotel era muito agressivo, e houve uma série de intervenções, sendo feita até uma maquete. Era um projeto francamente, acintosamente contemporâneo, compreende? O Zanine, que fazia as maquetes, fez outra já com alterações no telhado.

MS. *Não tinha telhado?*

LC. Não, não. Era um projeto bem moderno, querendo manter o contraste, mas eu acho que ali não cabia. Pode ser que eu

esteja equivocado, mas eu realmente recusaria, seria falta de sensibilidade.

MS. *Como Oscar Niemeyer recebia essas críticas e modificações ao projeto?*

LC. Muito bem, ele tinha muito respeito por mim. O conheci no meu escritório. Era casado, já tinha uma filhinha e era estudante ainda. Estava querendo trabalhar comigo. Até essa fase não tinha sido muito solicitado por pessoas que queriam coisas de estilo. Minha formação era acadêmica, aquela coisa de fazer casas à mineira. Teve uma senhora, por exemplo, que quis fazer uma casa, e eu apresentei uma solução atualizada, mas em harmonia com o ambiente, e ela disse: “Eu peço ao senhor uma carruagem e o senhor quer me impingir um automóvel?”

Quanto ao hotel, o Oscar foi alterando, alterando, adoçando, adoçando até ficar bem.

As varandas atenuaram também o choque. Não sei se cheguei a vê-lo pronto, mas ficou bem natural porque Ouro Preto tem muita arquitetura do final do século com muito envidraçamento. Não é uma cidade assim como Diamantina, tão nitidamente de época, apesar da opulência e das igrejas.

MS. *O senhor participava das discussões sobre que cidade deveria ser tombada ou que área urbana deveria ser protegida?*

LC. Sempre havia uma troca de idéias, mas eu não tomava propriamente a iniciativa. O próprio Rodrigo esquematizou tudo com a ajuda do Mário de Andrade, e não sei se com o próprio Souza Reis.

Inicialmente o tombamento não definia o “entorno”, e, às vezes, surgiam coisas inconvenientes muito próximas do bem tombado. Aí então foi deliberado, em reuniões, estender a proteção para uma área (eu não recordo em metragem), no sentido de criar uma área de defesa ao ambiente e ao bem tombado. As outras construções eram, então, todas dispostas além dessa área. Isto consta da legislação e foi uma medida acertada.

MS. *Na época, como o senhor concebia a conservação dessas cidades? Que tipo de intervenção o senhor considerava importante se realizar nelas?*

LC. O importante era manter a cidade íntegra, e, assim, o critério era o seguinte: como aquelas cidades surgiam casa a casa, assim como emendadas formando as ruas, a cautela principal, quando se tratava de uma propriedade encravada nessa seqüência, era procurar chocar o mínimo, como se fosse uma dentadura com um dente postiço, pra não chamar a atenção.

Quer dizer, não fingir uma obra antiga, mas aproximar-se tanto da concepção e das intenções da obra antiga que a



solução surgisse naturalmente, sem chocar ou perturbar a vizinhança. Este foi um critério muito rígido, mas como havia muitos casos bastante afastados da área propriamente urbana, ainda que sob a influência dela, se delimitava um círculo, um raio de proteção. Só além daqueles limites é que os prédios poderiam ser feitos com certa liberdade, ainda que submetidos à aprovação do SPHAN.

MS. *Enquanto urbanista, em que bases o senhor concebia o possível crescimento e desenvolvimento dessas cidades?*

LC. Sempre nessas áreas além do perímetro propriamente de interesse, mas sempre admitindo a realidade e que a vida continua. A vida é mais rica do que os nossos critérios. Desse modo, reduzir ao estritamente necessário esta área protetora e não prejudicar os proprietários de áreas já bastante afastadas onde não se justificava esse rigor. Havia uma tendência rigorista querendo ampliar a área de proteção, que eu sempre combati.

MS. *O senhor participou da elaboração do Decreto-Lei 25/37 com o Dr. Rodrigo?*

LC. Não. Foi o Mário com o Rodrigo. Eu era consultado porque tinha amizade com os dois, mas não oficialmente.

MS. *O tombamento lhe parecia ser um instrumento legal suficiente para a proteção de áreas urbanas? Ocorriam discussões neste sentido dentro do grupo que trabalhava no SPHAN?*

LC. Havia sempre uma reação contra, achando que havia uma exorbitância de critérios, mas a coisa foi sempre bem conduzida. Rodrigo era muito hábil, político, um administrador inteligente, de modo que sabia conduzir os vários problemas para atender ao máximo e não prejudicar os interessados que sempre reagem contra o tombamento. Alguns até compreenderam que era favorável, entendendo que o Patrimônio intervém. Mas os particulares geralmente ficavam querendo forçar a mão, deixar as coisas se arruinarem ao máximo.

MS. *O senhor tem notícia ou participou das discussões sobre um projeto de regulamentação do DL 25 elaborado por Prudente de Moraes, neto, a pedido do Dr. Rodrigo em 1940? Nesta mesma época, o Dr. Rodrigo discutiu com o senhor a elaboração de um novo decreto-lei sobre o tombamento de cidades ou áreas urbanas?*

LC. Não. Eu já estava bastante afastado, tenho uma vaga idéia, mas não participei oficialmente de nenhum grupo de trabalho estudando esses entornos, essas áreas de proteção. Eu estava procurando “tirar o corpo fora” dessas questões.

MS. *Estou me referindo a documentos de 1940. Encontrei um manuscrito escrito por Prudente de Moraes, neto, a pedido do Dr. Rodrigo que consiste num decreto de regulamentação do DL 25/37 e também um outro manuscrito propondo um novo decreto, especificamente sobre tombamento de áreas urbanas. O senhor se lembra disso?*

LC. Lembro, sim. Lembro que ele estava sempre no gabinete do Rodrigo tratando desse assunto. Eu participava às vezes, mas não regularmente.

MS. *O senhor não chegou a participar ativamente dessa questão?*

LC. Era consultado quando eles tinham dúvida. Discutíamos em conjunto, e geralmente minhas ponderações prevaleciam, isto é, geralmente eram válidas e eles reconheciam.

MS. *O senhor lembra por que este projeto não foi adiante? Por que ficou só no papel?*

LC. Ficou no papel porque era uma coisa muito complexa. Teoricamente, parecia uma coisa fácil, mas, na realidade, as reações eram tantas que iriam provocar um desgaste desnecessário. Os prefeitos ficavam muito na defensiva, achando que se tratava de intromissão do governo federal nas deliberações municipais.

MS. *Houve pressão no sentido de que o Dr. Rodrigo não levasse isso adiante?*

LC. Naturalmente não me recordo bem mas talvez Rodrigo tenha desistido para evitar maiores desgastes, possivelmente. Minha cabeça já está muito cansada, e eu não guardei essas coisas.

MS. *Que orientação o urbanismo moderno, na década de 30, fornecia para estas questões? O assunto merecia reflexão dos urbanistas?*

LC. Aqui no Brasil houve algo mais original e inteligente, porque os mesmos elementos que se interessavam por uma coisa estavam também empenhados na outra. Ao passo que em toda parte, na Europa, eram grupos opostos: gente que cuidava de preservar a tradição odiava os inovadores, os urbanistas. Aqui, eram praticamente as mesmas pessoas, de modo que isso simplificou bastante a disparidade que ocorreu alhures.

MS. *Em 1938 foram tombados os “morros do Rio” e as praias de Paquetá. O senhor se recorda de qual teria sido a intenção desses tombamentos? O tombamento se referia a todos os morros do Rio?*

LC. Foram iniciativas do próprio Rodrigo com o Prudente, e eu posso ter funcionado apenas como consultor, mas não participei.

MS. *Como o senhor via e vê o papel dos municípios na proteção de cidades tombadas?*

LC. Geralmente, quase como um inimigo. Quer dizer, são interesses muito contraditórios. Eles querem sempre se expandir, vêm com novidades, de modo que isso tudo dificulta a ação do Patrimônio, que quer preservar. Há sempre uma disputa, um choque de interesses contraditórios. É raro haver harmonia total. Mas Rodrigo

acabava sempre conseguindo as coisas, pois tinha muita habilidade política. Ele sabia lidar, era uma pessoa muito eficiente e muito informada, com muita vontade e capacidade de defesa dos interesses do Patrimônio, e acabava sempre conseguindo resultados satisfatórios.

MS. *Porque o senhor, enquanto urbanista, nunca escreveu sobre a preservação de cidades históricas? Nesse seu novo livro há alguma coisa sobre o patrimônio, sobre as cidades históricas?*

LC. Especialmente não, só de passagem. Não escrevi sobre isso porque me considerei sempre um consultor e também por um certo comodismo, por não querer me comprometer demais, além da conta.

MS. *A maneira de conceber a preservação de áreas urbanas sofreu alguma alteração nestes 50 anos?*

LC. Sofreu muitas porque eu era muito conservador, entende? Eu tinha apego à coisa autêntica. Ter autenticidade e evitar a contrafação. Havia então uma tendência a criar construções novas, mas como uma contrafação, querendo imitar o antigo, sem inteligência, em vez de respeitar a concepção, a maneira inteligente de fazer as coisas como os antigos faziam. Era uma posição um tanto rígida e, às vezes, com resultado meio negativo. Ficava aquele negócio como uma caricatura do real, ou então se disfarçava tanto que a intervenção passava despercebida, de modo que essa justa medida entre manter alguma diferenciação que caracterize a obra como coisa recente mas harmônica com o entorno, com o ambiente, com a vizinhança, é uma das características da boa intervenção.

MS. *Então o senhor acha que ainda hoje todos esses critérios são válidos.*

LC. São válidos, claro.

MS. *Gostaria que o senhor falasse um pouco sobre a questão do entorno, da vizinhança dos monumentos tombados. Qual seria a maneira adequada de abordar o problema? O senhor poderia citar algum exemplo que considera bem-sucedido?*

LC. Quando se trata de uma falha num ambiente íntegro e contínuo, essa falha deve ser preservada, respeitando-se ao máximo. Em compensação, quando é uma coisa mais afastada, é preciso que seja algo que não choque também demais, mas com certa liberdade. O Souza Reis, por exemplo, fez algumas coisas bem atuais, mas que estão bem integradas pela honestidade da abordagem. Mas isso depende do arquiteto, da sensibilidade do arquiteto. O



arquiteto que cuida do patrimônio, como você sabe, tem que ser uma pessoa ultra-sensível e bem formada. Eu vi várias coisas bem-sucedidas.

MS. *Como o senhor analisou o caso da caixa d'água de Luis Nunes em Olinda?*

LC. Eu francamente acho que o Luis Nunes foi um pouco afoito por assumir assim acintosamente. Mas não conheço, só vi em fotografia. Hoje dizem que está bastante integrada apesar da altura, da massa toda.

MS. *Que nota o senhor dá para a caixa d'água?*

LC. Não sei, não conheço, nunca fui lá. O meu Recife antigo era puro, era como Diamantina, por exemplo. A primeira vez que eu fui a Diamantina, tive o primeiro contato com o Brasil autêntico, colonial. Era aquela coisa toda de pau-a-pique e tão pura, não tinha nenhuma violência. Tem umas coisas próximas agora, modernas. Era comovente aquele

contato, de chofre assim, com um Brasil que parou no passado.

MS. *O senhor diria que a conservação de áreas urbanas equivale ou se compara à conservação de monumentos? Se não, em que são diferentes?*

LC. Acho que o monumento isolado é uma coisa muito importante. Já o entorno varia conforme a topografia, conforme o empuxo vital da cidade. É preciso separar o que é legítimo do crescimento do que é mania de inovar, de querer alterar, como nas administrações públicas municipais. Mas aí é uma questão de critério da parte do Patrimônio.

MS. *Como o senhor concebe o papel do planejamento na proteção de áreas urbanas? Quais seriam os principais inimigos da preservação dessas áreas?*

LC. Acho fundamental que o planejador seja apaixonado pelo passado porque, assim, tudo o mais é decorrência. Ele

instintivamente respeita o que deve respeitar, defende o que deve defender. Esta é a condição *sine qua* do planejador em áreas tombadas. Senão, ele não percebe, mete os pés pelas mãos.

MS. *Na sua opinião, que exemplares de arquitetura ou de cidades deveriam ser tombados hoje?*

LC. Acho que são essas que já estão tombadas, não? No começo eram muito poucas porque o tombamento implicava restrições que eram sempre mal recebidas, e a própria legislação falava em algo excepcional. Mas havia coisas que não estavam nessa faixa de excepcionalidade e eram muito interessantes, sendo desejável preservar. Havia essa dificuldade, e o Patrimônio andou, inclusive, *in extremis*, tombando coisas que, normalmente, não caberia tomar, mas que, se fossem demolidas ou descaracterizadas, iriam prejudicar muito mais o ambiente. Então forçava-se a mão, e, embora não fosse uma coisa excepcional, o Rodrigo tombava, isto é, o Conselho tombava.

MS. *Como o senhor recebeu o tombamento de Brasília?*

LC. O tombamento de Brasília foi um caso especial porque, sendo ela uma capital, e tendo sido planejada, restrições se impunham numa certa medida. O tombamento foi para evitar aqueles desmandos de crescimento. Brasília, sendo capital, era uma cidade para ter características de capital e não para se desenvolver. Primeiro, diferenciar-se da cidade de província, provinciana. Ela tem uma característica muito própria a considerar, mas evitar, na medida do possível, essa expansão indevida, essa febre de crescimento, de expansão que as cidades têm. Seria melhor criar núcleos autônomos,

novos, tanto quanto possível próximos ou ligados, mas não mutilando o plano original. Criar uma espécie de complexo com coisas à margem, de várias categorias. Quanto mais próximas, mais amarradas, mais restritas, quanto mais afastadas, mais livres.

MS. *O que o senhor pensa do tombamento de edifícios ecléticos e neocoloniais?*

LC. Não vejo vantagem em tomar o neocolonial porque o neocolonial foi uma violência, uma coisa mal interpretada, uma preservação do passado indevida, errada. O que hoje se chama de neocolonial, era uma espécie de fantasia. Fantasiar as casas para estar na moda, não era uma preservação inteligente. Tombar esses exemplares é um problema de inteligência e de competência dos responsáveis pelo Patrimônio.

MS. *E as casas ecléticas?*

LC. As casas ecléticas são um vale-tudo, não é? É só evitar abuso, excesso de ecletismo.

MS. *Como o senhor avalia a atuação do SPHAN [hoje IPHAN] ao longo desses mais de 50 anos e, em especial, com relação à preservação de áreas urbanas?*

LC. Estou alheio completamente, não posso fazer elogios. Prefiro deixar que as pessoas que lidam com a coisa e sejam simpáticas como você, por exemplo, saibam o que estão fazendo, tomem suas cautelas. Eu acredito que o convívio com o antigo inspira certo respeito, salvo aqueles energúmenos, intrometidos, que querem fazer sem respeito, sem conhecimento. Quando se conhece, o respeito é instintivo.